

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**TOLERÂNCIA RELIGIOSA EM PALHOÇA (1889-1910)**

**SÉRGIO LEMOS**

**Florianópolis**  
**2015**

**SÉRGIO LEMOS**

**TOLERÂNCIA RELIGIOSA EM PALHOÇA (1889-1910)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Bacharel em História, orientado pelo Professor Doutor Marcos Fábio Freire Montysuma .

**Florianópolis  
2015**

## RESUMO

O presente trabalho analisa a questão da tolerância religiosa em Palhoça no ocaso do Império e início da República, por meio de atos perpetrados pelos agentes do novo regime político (republicano) com o escopo de tornar o Estado laico. Visamos discutir tais atos e seus reflexos na realidade local de Palhoça, especialmente sobre a comunicante luterana da época. Percebeu-se que os conflitos e discussões de valores de natureza ética religiosa, ou melhor, a questão da tolerância religiosa foi conjecturada objetivando abarcar as necessidades práticas frente à nova realidade política e econômica, e não de sentimentos de tolerância. As distorções sociais persistiram em decorrência das negociações do Estado e da Igreja Católica. O regime republicano ao garantir o Estado laico e o reconhecimento da personalidade jurídica das diferentes religiões criou um amplo espaço relacional com as mesmas, oportunizando alianças e negociações, garantindo sua própria existência. Dessa forma, o fim do padroado não alterou de imediato a realidade local vivida pelos luteranos em Palhoça do início da República, em que pese continuar a manutenção do cemitério ser da Igreja Católica, persistindo a separação, a cerca, distinguindo o cemitério dos mortos que professavam a fé católica dos que professavam a fé luterana. Foi uma transformação gradual e lenta.

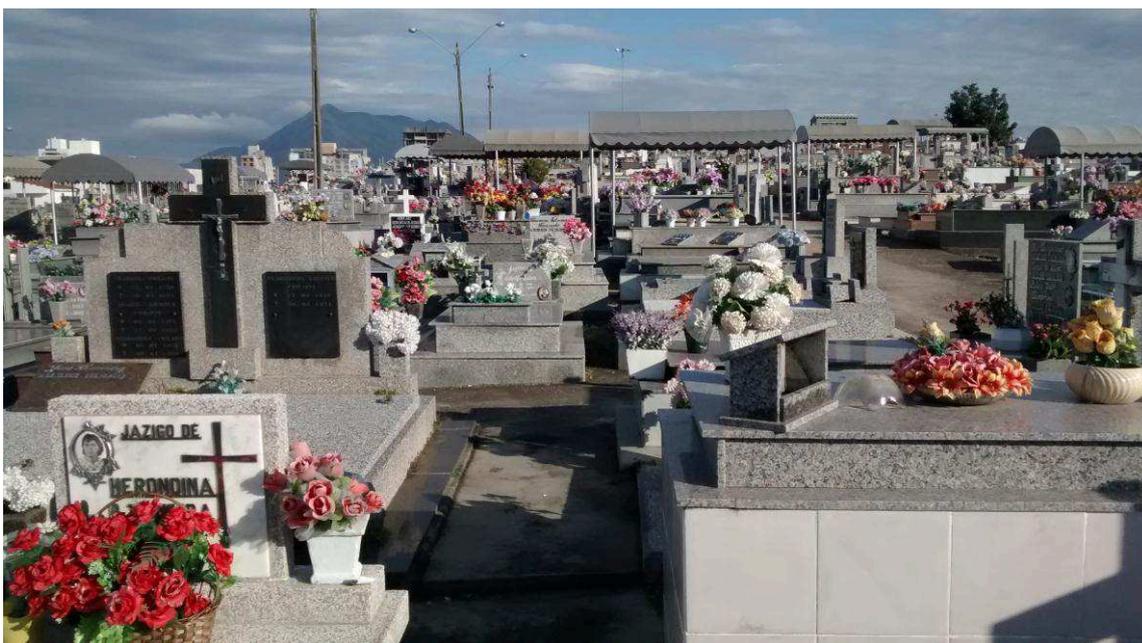
Palavras-chave: Monarquia Brasileira, República Brasileira, Tolerância Religiosa, Palhoça.

## Sumário

1-INTRODUÇÃO .....	5
2-TOLERÂNCIA RELIGIOSA.....	8
3-A MONARQUIA BRASILEIRA E A IGREJA CATÓLICA .....	11
4-A REPÚBLICA .....	14
4.1-DECRETO 119-A.....	16
4.2-CONSTITUIÇÃO DE 1891.....	16
5-PALHOÇA.....	19
6-O CEMITÉRIO.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	28
ANEXOS.....	31
ANEXO I .....	32
Entrevista AMADEU JACOB SCHEIDT.....	32
ANEXO II .....	34
Entrevista RODOLFO NILSON SCHEIDT .....	34

## 1-INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi motivado pelo assombramento vivido em uma visita ao Cemitério Municipal Bom Jesus de Nazaré, localizado no bairro Passa Vinte, em Palhoça/SC. Acontece que na parte antiga do cemitério, a parte alta, algumas sepulturas ficam em posição divergente da maioria das sepulturas encontradas ali. Ao ler a epígrafe de tais sepulturas pude perceber que as sepulturas em posição divergente eram de pessoas de nomes originariamente germânicos.



Cemitério Municipal Senhor Bom Jesus de Nazaré, de Palhoça, Fotografia de junho de 2014. Acervo do Autor. Vemos a disposição divergente das sepulturas.

O tema Tolerância Religiosa em Palhoça durante o fim do Segundo Império Brasileiro e o início da República Velha, por se tratar de um período de mudança de regime político, foi escolhido propositalmente para discutir a disposição de tais sepulturas na acepção social das atitudes humanas. Tal fato é como monumento passado

e foi um exemplo do apoio oficial ao exclusivismo e à intolerância religiosa, visto que aquela minoria de sepulturas trata-se na realidade de pessoas falecidas que professavam fé luterana, religião que no regime monárquico era relegada ao fato prático e ao culto quase que doméstico até o advento da República. No final do século XIX o referido cemitério era dividido por uma cerca, de modo a apartar as sepulturas de católicos (religião oficial sob a égide da monarquia portuguesa e depois brasileira) e luteranos (tolerados pelo Estado após a abertura dos portos em 1808 e durante todo o período monárquico até a proclamação da república em 1889).

Segundo Josep Fontana (2000, p. 11) “o cenário da história é o cenário da atividade humana: o meio físico em que se desenvolve a vida dos homens e das mulheres”. Comportando um duplo enfoque: “o das relações do homem com o meio que o rodeia e o da identificação das suas atividades” (FONTANA, 2000, p. 11).

No prefácio à edição italiana do livro *O queijo e os vermes*, Carlo Ginzburg (2006, p. 11) relembra o papel atual dos historiadores, quando escreve: “No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as ‘gestas dos reis’. Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorada”.

O presente trabalho objetiva identificar as dificuldades enfrentadas pelas pessoas de confissão luterana em Palhoça/SC durante o fim do Segundo Império Brasileiro e o início da República, período de mudança de regime político.

Schwartz (2009, p. 19) adverte que “o estudo do tolerantismo se desenvolveu basicamente como ramo da história das idéias ou como subcategoria da história das doutrinas religiosas”. Considerando também que segundo Fáveri (2004), a memória, como fonte oral, é um dos possíveis caminhos para a compreensão de relações passadas.

“Ela é importante na medida em que realça o sensível, descobre o desejo, recupera passagens e desdobra, fragmentos indivisíveis que só a curiosa escuta pode fazer transbordar” (FÁVERI, 2004, p. 22).

## 2-TOLERÂNCIA RELIGIOSA

Hoje o tolerantismo religioso e a liberdade de consciência são vistos como frutos da secularização do mundo moderno. Para Schwartz (2009, p. 22) atitude tolerante provem de três fontes fundamentais: a necessidade prática, o interesse próprio propenso a promover a convivência religiosa e a convicção filosófica. À intolerância, baseada na ilusão de que a própria fé é a única verdadeira, e que, portanto, seria legítimo combater – e até mesmo matar – em nome dessa fé, a essa “[...] competição que opõe as diversas religiões históricas, pois cada uma delas reivindica só para si uma superioridade absoluta que redunde na rejeição dogmática de todas as outras crenças” (CASSIRER, 1992, p.231 apud MIRANDA, 2010, p. 71). “O tolerantismo era amiúde uma solução de compromisso nascida de considerações políticas ou econômicas de ordem prática, e não de sentimentos de tolerância” (SCHWARTZ, 2009, p. 22).

Em 1521 ocorreu a ruptura de Lutero com Roma. Lutero construiu uma doutrina religiosa própria, em que o homem se justifica apenas pela fé e está só perante Deus. Fontana (2000, p. 308-309) ressalta que “o ponto fundamental de sua [Lutero] reivindicação era que se devia considerar a bíblia como a autoridade máxima em matéria de fé [...], sem deixar que sua mensagem se mediatizasse com tradições de qualquer tipo”. Para tal era necessário traduzir a bíblia para as línguas vulgares, para o alcance dos fiéis. Schwartz (2009, p. 17) destaca a posição da Igreja de Roma, a qual é “sintetizada na doutrina *extra ecclesiam nulla salus*, ‘fora da Igreja não há salvação’”. Desse modo, Lutero rejeita a hierarquia religiosa, o celibato clerical, o uso do latim nos cultos religiosos e a maioria dos sacramentos. Na Europa quinhentista havia divergências sobre o modo de se alcançar a salvação, sendo esse o núcleo do conflito

religioso e do processo de conversão religiosa protagonizado por católicos e protestantes (SCHWARTZ, 2009, p 16).

No século XVII, as possíveis vantagens econômicas do tolerantismo religioso, evidenciadas pela atitude de Amsterdam em relação aos judeus, levaram políticos e dirigentes como Jean-Baptiste Colbert na França, Oliver Cromwell na Inglaterra, Gaspar de Guzmán y Pimental e o conde-duque de Olivares, na Espanha e o padre António Vieira em Portugal a defender algum tipo de tolerantismo como política de Estado, e no final daquele século e no começo do século XVIII as considerações de ordem prática se somaram aos avanços filosóficos de Spinoza, Locke e Voltaire. Esses autores apresentaram um conjunto de argumentos convincentes que criou a base moderna do tolerantismo religioso, em que a liberdade de consciência passava a ser um direito inato e não uma dádiva ou concessão, como era antes (SCHWARTZ, 2009, p. 22).

É a vitória do capitalismo e da ideologia liberal. Eric J. Hobsbawm (1997, p. 17)

escreve que:

A grande revolução de 1789-1848 foi o triunfo não da indústria 'como' tal, mas da indústria capitalista; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da classe média ou da sociedade 'burguesa' liberal'; não da 'economia moderna' e do 'Estado moderno', mas das economias e dos Estados em uma determinada região geográfica do mundo (parte da Europa e alguns trechos da América do Norte), cujo centro eram os estados rivais e vizinhos da Grã-bretanha e França. A transformação de 1789-1848 a essencialmente o levante gêmeo que se deu naqueles dois países e que dali se propagou por todo o mundo.

O Segundo Império Brasileiro findou com o advento do período republicano, oficialmente, na data de 15 de novembro de 1889. Em 16 de novembro de 1889 o Governo provisório incorporado intimou Dom Pedro II a se retirar para a Europa com toda a família (TAPAJÓS, 1965, p. 442). No final do Segundo Império, o Brasil possuía a população aproximada de quinze milhões (TAPAJÓS, 1965, p. 491). “Entre o ocaso do Império e a afirmação da República, o Brasil passou por um período de mudança institucional gradual e transformativa” (VIEIRA; CAMARA; GOMES, 2014. p. 532).

Em 07 de janeiro de 1890 foi promulgado o Decreto 119-A por Deodoro da Fonseca, em que proibiu a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências (BRASIL, 1890). Antes a *Constituição do Império do Brasil* de 1824 (BRASIL, 1824), no artigo 5, prescreveu que a Igreja Católica Apostólica Romana era a Religião do Império, sendo as outras religiões permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do templo. Fato confirmado por Rodolfo Nilson Scheidt<sup>1</sup>: “antes da igreja aqui de Palhoça... se reunia aqui em casa. Em casa de particular”.

---

<sup>1</sup> Rodolfo Nilson Scheidt, 78 anos. Depoimento concedido a Sérgio Lemos em 02 de julho de 2014, Centro, Palhoça – SC. Acervo do autor

### 3-A MONARQUIA BRASILEIRA E A IGREJA CATÓLICA

Inicialmente, deve-se observar que por aproximadamente quatro séculos a Igreja Católica Apostólica Romana esteve na América Portuguesa, depois Brasil, na condição de instituição religiosa oficial do Estado (AQUINO, 2012, p. 146). Durante todo esse tempo a Igreja Católica fez parte do corpo administrativo do Estado. Segundo Aquino (2012, p. 146), a Igreja Católica “usufruiu de certas prerrogativas típicas do *ancien regime*”, enquanto fez parte da administração imperial lusitana e brasileira, mas ao mesmo tempo foi

cerceada institucionalmente pelos direitos régios do *placet* e do *exequatur* que determinaram a apresentação de nomes para o episcopado, a validade de documentos da Sé Romana no território imperial, a criação de dioceses, de seminários, de conventos, o recebimento do imposto do dízimo eclesiástico que, em tese, deveria ser utilizado para o pagamento das cômmodas de bispos e padres, bem como para a manutenção geral da organização eclesiástica submetida, aliás, em tempos diferentes, à Mesa de Consciência e ordens, e ao Juiz de Capela” (AQUINO, p. 146).

O texto constitucional promulgado em 1824 por D. Pedro I é feito “em nome da Santíssima Trindade” (BRASIL, 1824). Ocorre que Portugal foi o primeiro país europeu a se organizar como Estado moderno, assentando suas bases no absolutismo, em que todo o poder e autoridade do Estado se concentravam na pessoa do rei. Devemos lembrar a máxima “um rei, uma fé, uma lei”.

O primeiro texto constitucional brasileiro, a Constituição de 1824, prescreveu no artigo 5 que “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou

particular em casas para isso destinadas, sem fôrma alguma exterior do Templo” (BRASIL, 1824). Porém, como já assinalado antes, o processo de tolerância religiosa em território nacional inaugura-se durante o período colonial, especificamente com a promulgação de uma carta régia pelo príncipe regente de Portugal, Dom João VI, em 28 de janeiro de 1808, em Salvador, o Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas. Com a abertura dos portos brasileiros, observa-se notadamente a atitude de tolerância ligada a necessidade prática. Esta apontada por Schwartz (2009, p. 22) como uma das três fontes fundamentais dos atos de tolerância. Além da necessidade prática há o interesse próprio, bem como a convicção filosófica aqui fundamentada no liberalismo político e econômico.

A monarquia portuguesa, depois a brasileira, esteve ligada intimamente com a Santa Sé, a qual fez parte do corpo administrativo do Estado, nitidamente no regime do Padroado. É importante ressaltar que o Estado, no Brasil, nasceu e se consolidou como monárquico. Tal fato explica em parte o arranjo prático que foi sendo consolidado no decorrer do tempo, culminando na instalação do padroado após diversos acordos entre a monarquia portuguesa e a Santa Sé. De modo que os membros da Igreja Católica Apostólica Romana passaram a ser parte do corpo administrativo do Estado, primeiro português, depois brasileiro. Aquino (2012, p. 146-147) expõe com propriedade que:

No dia 7 de janeiro de 1890, esse capítulo da história do padroado na América definitivamente chegou ao fim. Todavia, vale lembrar que essa ruptura já havia sido cogitada pelo último Gabinete Imperial e era uma das bandeiras de luta dos republicanos, em cujos discursos mais exaltados sobre o progresso e a modernidade saltavam as figuras do clero enganador, do maquiavelismo jesuítico e romano, considerados responsáveis por manter a consciência da massa no atraso e na ignorância, e, por razões, a ICAR [Igreja Católica Apostólica Romana], considerada naquele momento a representante do passado, deveria perder sua universalidade dando lugar à ‘Ciência’.

Aquino exprime o sentimento da época, inspirado na doutrina iluminista e com forte influencia positivista. Vislumbrando esse novo pensamento, a situação foi alterada com o advento dos novos valores republicanos, consolidados com a proclamação da República. Segundo Franco (1992 *apud* VIEIRA; CAMARA; GOMES, 2014. p.533) “o contexto era de grandes transformações sociais como a disseminação do mercado de trabalho, o fim da escravidão, as ondas migratórias e de definições nas relações financeiras do país com o exterior”.

Viera, Camara e Gomes (2014, p. 533) postulam que a República herdou da Monarquia um Estado organizado de modo centralizado e já com alguma tradição burocrática. Indicam ainda esses autores que entre os maiores expoentes do ideal centralizador do Estado encontram-se juristas, militares, que advogam a visão de unicidade do poder. “Lessa (2001) e Carvalho (2005) chegam a considerar uma verdadeira tradição originada no Império a verticalização da ordem política e sua instrumentalização, inspiradas no direito administrativo francês” (VIEIRA; CAMARA; GOMES, 2014. p. 533).

## 4-A REPÚBLICA

Para começar este capítulo, devemos trazer na lembrança que o Estado no Brasil nasceu e se consolidou como monarquia. Como já escrito, a República herdou da Monarquia um Estado organizado de modo centralizado e já com alguma tradição burocrática. O papel da Igreja Católica Apostólica Romana foi de suma importância para a consolidação do território nacional, com a evangelização e catequização dos nativos, e da população em geral, além do papel lhe reservado na administração do Estado durante o período monárquico com a realização dos trabalhos cartorários. O que estudaremos neste capítulo é a transformação institucional da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil com o fim do Padroado, por meio do Decreto 119-A, de 1890. Quando a Religião Católica Apostólica Romana deixa de ser a religião oficial do Estado, o qual nessa nova configuração inicia seus esforços para estabelecer um Estado laico.

No Brasil, entre o ocaso do Império e a afirmação da República, grupos interessados posicionaram-se ativamente diante das instituições promovendo um processo de mudança institucional do tipo gradual e transformativo. Antes, à margem do poder lutando para mudar o sistema político do país e, depois, como coalizão dominante lutando para sustentar a mudança, republicanos civis e militares acabaram por proporcionar a estabilidade da República e a organização da administração pública brasileira (VIEIRA; CAMARA; GOMES, 2014. p. 533).

O Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, por meio do qual se estabeleceu a separação entre o Estado e a Igreja Católica Apostólica Romana, com a extinção do regime de padroado. Com a mudança do sistema político, de monárquico para republicano, a Igreja Católica era um elemento representante do antigo sistema, apesar

do rompimento do Estado com a Santa Sé já ter sido objeto de deliberação pelo último Gabinete Imperial (AQUINO, p. 146). O Decreto 119-A foi o primeiro ato oficial republicano de caráter laico. Destaca-se nesse momento as negociações da Igreja Católica com o Governo Provisório em que resultou na garantia do Estado dos direitos de liberdade de culto e de manutenção das propriedades eclesiásticas católicas, além da vigência por mais um ano de pagamento das cômguas e outros gastos eclesiásticos (AQUINO, 2012, p.148). Segundo Aquino (2012, p. 148) o Decreto 119-A foi uma espécie de ação transitória envidada pelo Estado na mudança da relação oficial com a Igreja Católica, visto que o principal temor do episcopado brasileiro diante dos precedentes históricos de confiscação dos bens da Santa Sé que acompanhava a implantação dos regimes republicanos na Europa e mesmo na América. Desse modo, segundo AQUINO (2012, p. 149)

Os bispos oferecem apoio ao mesmo tempo em que intimidaram o governo republicano brasileiro com ameaças apocalípticas de desordem social e guerras que poderiam resultar do cerceamento e da perseguição à ICAR [Igreja Católica Apostólica Romana]. Repudiaram o lema liberal “Igreja livre em Estado livre” ao solicitarem a união – enquanto sociedades distintas – da ICAR e do Estado por considerarem o catolicismo a única e verdadeira religião, e, sobretudo, pela condição de ser a fé da maioria do povo brasileiro.

José Carlos de Souza Araújo e Euclides Marchi (1989 *apud* AQUINO, 2012, p. 150) “propuseram que a Pastoral Coletiva de 1890 deve ser entendida como um programa de reivindicações católicas e como uma diretriz institucional das relações entre Estado e Igreja durante a Primeira República”.

#### **4.1-DECRETO 119-A**

O Decreto 119-A instaurou um Estado laico, procurou validar e autenticar os valores do novo regime, iniciando a secularização no Brasil. Porém procurou abarcar e acomodar as reivindicações anticlericais, e, de outro, as exigências católicas emitidas por uma pequena, mas prestigiada elite eclesiástica de alcance nacional, e mesmo internacional em virtude das ligações cada vez mais estreitas com a Santa Sé (AQUINO, p. 149). O Decreto 119-A foi

verdadeira tentativa republicana de neutralizar os conflitos de valores de natureza ética e religiosa no advento do novo regime, impondo-se o Estado como construtor e gerente da realidade sociopolítica brasileira, não foi elaborado, entretanto, sem alguma participação da elite eclesiástica – a propósito, na segunda-feira imediata à Proclamação, o ministro Quintino Bocaiuva dirigiu carta à Internunciatura Apostólica (representação diplomática da Santa Sé) ‘assegurando por fim que o Governo Provisório deseja vivamente manter as relações de amizade já existentes entre a Santa Sé e o Brasil’. Sabe-se que entre o Quinze de Novembro e o Sete de Janeiro, Rui Barbosa, responsável pela elaboração do decreto de extinção do padroado na condição de ministro interino da Justiça, e o bispo de Belém do Pará, d. Antônio de Macedo Costa, trocaram correspondência abordando questões relativas ao lugar da ICAR [Igreja Católica Apostólica Romana] e da religião no incipiente regime republicano brasileiro” (AQUINO, p. 147).

A questão religiosa vai ser definida na República com a promulgação, em 24 de fevereiro de 1891, da Constituição republicana.

#### **4.2-CONSTITUIÇÃO DE 1891**

A Constituição de 1891, datada de 24 de fevereiro de 1891, apresentou o princípio liberal da separação entre Estado e Igreja. No artigo 11, parágrafo segundo, fica vedado

aos Estados e União estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos (BRASIL, 1891). A Constituição de 1891 também apresentou as determinações de secularização dos cemitérios, no artigo 72, parágrafo quinto, à termo: “os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis (BRASIL, 1981). Aquino (2012, p. 151-152) postula que

Os artigos pertinentes à matéria religiosa trouxeram as marcas do Decreto 119-A. O princípio liberal da separação entre Estado e Igreja foi preservado e sustentou as determinações de secularização dos cemitérios, reconhecimento estatal apenas do casamento civil, liberdade de culto desde que respeitadas as leis republicanas, ensino laico na escola pública, inelegibilidade de cidadão não alistáveis, proibição de voto aos submetidos a juramento de obediência, impedimento de subvenção de cultos ou obras religiosas da parte da União ou dos Estados. Apesar de os bispos católicos não obterem maiores privilégios para a ICAR, as propostas anticlericais, como aquelas relacionadas à confiscação de bens das ordens e congregações pelos direitos estatais de mão morta, ou a proibição da entrada de novas congregações estrangeiras, bem como a expulsão dos jesuítas, não aparecem no texto constitucional de 1891.

Importante observar que, como escreveu Viana (2001, p. 112 *apud* VIEIRA; CAMARA; GOMES, 2014. p. 533), “[...] a proclamação da República não tenha implicado imediatamente grandes transformações na organização interna do Poder Executivo, a Constituição de 1891 é paradigmática a respeito, pois já contém a idéia de um ordenamento institucional pautado num arranjo racional-legal. Nessa perspectiva, a Constituição de 1891 estabeleceu um Estado laico, reconheceu a personalidade jurídica das diversas religiões existentes, mas não transformou de imediato a realidade concreta da vida cotidiano do cidadão. Segundo Aquino (2012, p 152) “o caráter de sua laicidade expressa na Constituição de 1891 não foi antirreligioso ou confessional, não se

assemelhou à laicidade francesa ou à laicidade estadunidense da época”. O mesmo autor (AQUINO, 2012, p. 153) que a “laicidade pragmática’ assumida pelo Estado Republicano brasileiro possibilitou o reconhecimento social e jurídico das diversas Confissões Religiosas no território nacional ao mesmo tempo em que favoreceu a ação dos donos do poder junto às instituições eclesiásticas em circunstâncias especiais para os projetos republicanos”.

“Na primeira década republicana, em tempos de guerra civil e recessão econômica, Estado e ICAR – não obstante a significativa presença de maçons e protestantes nos meios políticos oficiais e de católicos monarquistas na resistência direta e indireta à República – aproximaram-se em mais de uma ocasião para manter a ordem social e a estabilidade de suas instituições, como, por exemplo, durante as Revoltas Federalista e da Armada (1893-1897), movimento sociorreligioso no Nordeste brasileiro, liderado por Antônio Conselheiro, que colocou em xeque a legitimidade do governo republicano e a própria conduta moral da hierarquia eclesiástica brasileira” (AQUINO, p. 153).

Em seu estudo Aquino (2012, p. 156) verifica que após 1890 a Santa Sé assumiu a responsabilidade pela fundação de novas dioceses, e que a Igreja Católica procedeu de modo a estabelecer poder simbólico e territorialmente materializado. Antes de 1890 a criação dessas circunscrições eclesiásticas dependeu do Estado que não as erigiu, sobretudo, por razões de ordem financeira. Após o Decreto 119-A e a Constituição de 1891 o processo de criação de dioceses se intensifica, acelera.

## 5-PALHOÇA

Durante o período de 1793 até 1882 Palhoça foi produtora de farinha de mandioca, e de pescado para sua população e de Desterro (Florianópolis). Era ponto de passagem para tropas que seguiam e voltavam de Lages. Entre 1882 e 1894, é quando o município passa a ter agricultura e pecuária fortes, sendo grande produtor de tijolos e telhas, funcionando ainda como entreposto comercial entre a capital e a região serrana, mas com um trânsito de mercadorias bem maior que antes. Sobre a colonização do local Manoel Sheimann da Silva (2003, p. 45-46) pontua:

O povoamento sistemático do local onde está a sede do município, teve seu início por volta de 1850. Isso por dedução, uma vez que o primeiro lugar habitado foi o Passa Vinte – de acordo com documentação citada adiante. Este bairro é um dos locais mais antigos do município, ficando apenas atrás do Distrito da Enseada de Brito. [...]. Deste lugar encontramos referências num ofício enviado pelo engenheiro Frederico Belmont, relatando o projeto de uma estrada de São José a Teresópolis e Santa Isabel, onde dava a sugestão ao governador da Província que depois de aberta a estrada deveria ser construída uma barreira para cobrar *uma módica taxa aos carros, cavaleiros e animais que por ela transitam. A respectiva barreira deverá ao meu ver estabelecida nas proximidades da Fazenda Luz.* A família *Luz* muito numerosa, desde de 1840 aparece no cenário político da Vila de Nossa Senhora do Desterro. Ligados à atividade comercial, eram influentes e bem conceituados junto da população. Na entrada do Passa Vinte, existia uma pequena capela sem denominação. Onde se executava a reza de terços e novenas, que fora construída em 1863-64, a qual foi guardiã da imagem do padroeiro do município, vinda de Lisboa – Portugal, em maio de 1872. [...]. O grande impulso do lugar se deu, após a vinda dos alemães, que fundaram em 1829 a Colônia de São Pedro, que em busca de outras terras, fundam Vargem Grande, e contribuem ao povoamento de Sant’Ana do Cubatão – hoje Santo Amaro da Imperatriz, sendo essas idas e vindas marcadas pela presença no comércio local, dos tropeiros de Lages e região, desembocando na capital da Província – Desterro. Não podendo ser

esquecida a relação desses povos com as Freguesias da Enseada de Brito e de São José da Terra Firme. Assim sendo, o povoamento desta parte do litoral se deu no sentido interior-litoral, e não como é costumeiro em uma povoação tipicamente de base açoriana, onde o processo geralmente é inverso.

Com a construção da Ponte Hercílio Luz a produção da região passou a ser levada diretamente à capital, acarretando na decadência econômica de Palhoça. Segundo Piazza e Hubener (2003, p. 175) “o ritmo de colonização que tomou conta do território catarinense na segunda metade do século XIX foi, efetivamente, o de uma explosão agrícola nos vales litorâneos”. Ressaltam ainda os mesmos autores que se destacaram produtos como arroz, erva-mata, madeira, farinha de mandioca, açúcar, fumo, banana. “É nesse período que alguns alemães no centro da Palhoça fazem fortuna passando a negociar diretamente em Florianópolis” (SILVA, 2005, p. 06). Luz (1982, p. 124-125) ressalta que não foi bem esclarecido o aparecimento da gente de origem alemã ou outras origens estrangeiras em Palhoça. O mesmo autor escreveu que:

Ao que se deduz, a colonização alemã de Palhoça teve sua procedência de São Pedro de Alcântara, na época fundada, como colônia, em 1828, à margem direita do Rio Maroim, por alemães vindos da cidade de Bremen. Chegaram ao Desterro, naquele ano, 166 famílias alemães, compostas de 523 pessoas, nos biques ‘Luiza’ e ‘Marquez de Vianna’. A esses imigrantes se reuniram, no Rio de Janeiro, 112 praças dos batalhões alemães, que acabavam de ser dissolvidos e mais 17 alemães que já se encontravam no Desterro. Foram esses os fundadores do distrito de Palhoça. Foram estes os fundadores do distrito da Palhoça. São ignorados os nomes desses imigrantes, para avaliá-los, em semelhança, com alguns dos seus descendentes, os quais passaram a residir em Palhoça. De informações, sabemos que Pedro Egydio Hoffmann, comerciante e que assumia funções de autoridades, em Palhoça, alegava sua procedência de São Pedro de Alcântara, possivelmente, dessa primitiva imigração, em Santa Catarina. Assim, podem-se crer, outros também os foram, tais como os Steinmetz, os Schütz, os Sell, os Born, etc.

Tais pessoas migraram para diversas direções, fixando-se por todo o município de Palhoça, alcançando Santo Amaro do Cubatão, Cedro, Taquaras, rancho Queimado, Capivari, Teresópolis (Queçaba), Barracão e outros pontos pequenos do interior do município (LUZ, 1982, p. 124-125). Segundo Piazza e Hubener (2003, p. 186) “na medida em que se instalam em terras catarinenses imigrantes de língua alemã vê-se o crescimento dos seguidores de Marinho Lutero [...]”. Radünz (2011, p. 159) afirmou que “a história do luteranismo no Sul do País, até a metade do século XIX, foi marcada pela total autonomia das comunidades. Elas surgiram a partir de esforços dos próprios colonos que viam nelas uma necessidade sociocultural e religiosa”. Palhoça não foge a esta proposição. Piazza e Hubener (2003, p. 186) acrescentam que em “1863 os luteranos da colônia ‘Santa Isabel’ recebem seu primeiro pastor e nela, este pastor, Carl Wagner, a partir de 1865, instalará um colégio com internato, de expressivo papel na cultura regional”. Christian Zluhan (alemão do estado de Württemberg) vem para o Brasil em 1870, para lecionar em Santa Isabel, enviado pela Sociedade Missionária Basileia, Suíça (PAGANELLI, 199-, p. 8). Segundo Paganelli (199-, p. 8) “Em 1879, Zluhan torna-se pastor itinerante. Em 1887, iniciou o atendimento eclesiástico as famílias evangélicas residentes em Palhoça. Para fazer este percurso necessitava de nove horas a cavalo”. Porém José Lupércio Lopes apresenta outra versão sobre os primórdios do atendimento religioso à comunidade luterana de Palhoça. Segundo Lopes (1939, p. 131) o município possuía “uma igreja matriz, sediada em Santa Isabel, com 10 capelas filiadas, sendo 6 no município. O município possui ainda 3 capelas desse culto, localizadas em Anitápolis (filiada à matriz de Imaruí), Palhoça (filiada à matriz de Florianópolis) e Santo Amaro (filiada à matriz de Florianópolis)”. Tal versão é confirmada pelo depoimento de Amadeu Jacob Scheidt, o qual afirmou que os pastores vinham da paróquia de Florianópolis.

Amadeu (A.): A Cler, a minha esposa, está pintado todas as igrejas luteranas que tiveram aqui na Palhoça. Começou com uma capela, depois dessa capela teve uma outra igreja.

Entrevistador (E.): Essa primeira capela que o senhor fala era no Clube Concórdia?

A.: Não. Sabes onde é o Garcia? No lado do Garcia. Ali foi construído uma capela. Depois uma igreja que tinha uma torre. Essa torre depois teve problema, começou a inclinar, foi tirada e construída outra torre. Ai foi reformada a igreja. Aí depois daquela lá é essa ali (atual).

E.: O senhor sabe se antes de ter o templo era realizada celebração na casa de particulares?

A.: Quem deve saber bem disso é o Nilson. A mãe dele que era bem assim... A igreja era aqui e a mãe dele morava aqui. Ela que recebia os pastores que vinham. Paravam ali. Os pastores pertenciam a paróquia de Florianópolis. Então, eles vinham de ônibus de manhã, paravam ali pra dar o culto. Davam o culto de manhã na Palhoça. Ficavam aqui. Pegavam o ônibus, iam pra Santo Amaro, pra dar o culto em Santo Amaro.

E.: O senhor chegou a freqüentar culto nas casas?

A.: Não. Não, porque não é da minha época... Essa capelinha eu não conheço. Só me lembro daquela primeira com a torre. Que antigamente as Igrejas Luteranas não podiam ter torre.

E.: Mas o senhor não sabe se antes da capelinha eles faziam cultos nas casas?

A.: Deveriam. Devia ter começado. Qué ver porque? Porque geralmente essas comunidades surgem, assim, quando eles começam a se reunir em casas de família, né... Começam a se reunir desde os tempos mais antigos, em casas de famílias. E ali... Depois... Como a comunidade vai aumentando, né... os membros vão aumentando, o espaço vai ficando pequeno. Então eles vão se organizando e começam a construir alguma coisa. Então vem a capelinha... vai evoluindo... o pessoal vai, vai... vai começando a construir.

E.: O senhor chegou a presenciar o cemitério quando tinha uma cerca?

A.: Ah, sim. Posso até ir lá mostrar pra vocês mais ou menos onde era. Tem duas entradas o cemitério, né?. Não tem, onde tem aquela casinha lá? Onde tem aquela casinha ali, tem uma entrada. Tem outra entrada do lado de cá. Essa entrada aqui, se vocês olharem, tem várias sepulturas que são num sentido, depois muda a posição. Aqui existia uma cerca de arame. Aqui na frente cerca de arame, cheia de mato, coisa... Esse outro lado de cá, tinham as entradas. Esse terreno aqui pertencia a Igreja Luterana. E logo em seguida. Onde tem aquele parte mais baixa ali, era luterana. Era dois carreiros de sepulturas. No começo vocês podem ver que a entrada é mais baixa. Depois vai diminuindo. Depois começaram a murar tudo.

Fato corroborado, também em entrevista, por Rodolfo Nilson Scheidt<sup>2</sup>, que disse:

Entrevistador (E.): O senhor lembra o início da Igreja Luterana aqui (Palhoça/SC)?

Maria (M.): É o seguinte... a Igreja antes era proibida, pertencia a São José/SC. Então, não podia ter igreja aqui. Quando foi emancipado, fizeram uma capelinha aqui na frente. Não podia ter torre.

---

<sup>2</sup> Rodolfo Nilson Scheidt, 78 anos. Depoimento concedido a Sérgio Lemos em 02 de julho de 2014, Centro, Palhoça – SC. Acervo do autor

Rodolfo (R.): A capelinha foi feita aqui na frente de casa.

E.: Mas antes da capela vocês lembram como era realizado o culto? Se era na casa de alguém?

R.: Nós da Igreja de Palhoça se reunia aqui em casa, casa de particular.

E.: Sabe se havia algum tipo de violência?

M.: Ah... o pessoal da Barra (do Aririu). Até na Segunda Guerra eles apedrejavam tudo que era da Alemanha aqui. O Concórdia era ali, né. O salão eles apedrejaram muito, quebraram o vidro. Tiveram que sair aqui de Palhoça e ir lá pra Cova Funda porque eles apedrejavam as casas dos alemães.

E.: Ali onde era o Concórdia era a escolinha antes?

M.: Tinha uma escola... é, a escola alemã.

E.: Só podia ser descendente de alemão na escola?

M.: Não. Era o pessoal do grupo, antes deles terminarem o grupo Venceslau, eles freqüentavam ali.

E.: Qualquer pessoa?

M.: Qualquer pessoa. Porque minhas irmãs freqüentaram ali.

E.: Elas não professavam a fé luterana?

M.: Não.

R.: Aí, depois mais tarde, fizeram a capelinha, né... 1888, por aí, fizeram a capelinha. Depois de 1888 a comunidade foi crescendo tiveram que aumentar um pouquinho a Igreja. Daí, fizeram uma Igreja nova... foi em 1910.

E.: E era no mesmo local?

R.: Em 1910 foi no mesmo local. Aqui na frente.

E.: O senhor lembra se havia rejeição das outras pessoas, da Igreja Católica, de algum outro culto que não fosse o luterano?

R.: Naquele tempo o católico aqui não se dava com luterano. Passavam aqui na frente e diziam que era a igreja do diabo, né... Aquele tempo era fogo... Naquele tempo não podia botar torre na Igreja, né... não podia fazer torre. Aí, depois da República... a República saiu... mil oitocentos e pouco, daí, depois foi liberado, né. Aí depois, bem na frente da casa aqui, foi feita a torre.

E.: Antes da República havia o templo, mas não havia torre?

R.: Naquele tempo, não podia fazer. Naquele tempo, oficial era só a Católica. As outras... assim, não podiam ter nada. Daí, depois fizeram a torre. Naquele tempo, vinha um pastor de Florianópolis. Aqui na Palhoça não tinha pastor. Até Santo Amaro ele atendia. Aí depois da proclamação da República, aí foi liberado.

E.: Quando a família do senhor veio para Palhoça?

R.: O que foi?

M.: Os teus avós... Que vieram da Alemanha e vieram aqui pra Palhoça, né?

R.: É... Veio aquela turma, pessoal da Alemanha que chegaram, veio um monte de evangélico, aí começou a Igreja, a comunidade aqui.

E.: Lembra o ano que vieram?

R.: O ano... olha, mil oitocentos e não sei quanto... não posso te dizer. Até uma vez foi queimado bíblia aí na praça.

E.: Mas era qualquer bíblia ou era a escrita em alemão?

R.: Tudo. Naquele tempo, não deixavam... Os padres comandavam. Naquele tempo, eram os padres que comandavam... daí não deixavam o pessoal ler. Mas eu não peguei esse tempo. Os adultos estavam conversando a criança não podia falar nada. Não podia entrar na sala. Aquele tempo era fogo.

E.: A convivência com a vizinhança católica, eles tratavam bem?

R.: Tinha muita gente amiga. Isso tinha bastante. Só aquele mais fanático... assim. Naquele tempo os padres incentivavam.

E.: A questão do cemitério?

R.: Aquele tempo era separado, tinha uma cerca no meio.

E.: Mas era no mesmo cemitério?

M.: No mesmo cemitério. A parte de cima, que é nesse cemitério, a parte velha.

E.: No cemitério do Passa Vinte?

M.: É... Aquela parte do morro, mais em cima, era só dos evangélicos, pra baixo então era dos católicos.

E.: Tinha uma divisão?

M.: Tinha... uhum.

E.: A senhora sabe até quando ficou?

M.: Olha, quando eu casei já não tinha mais a cerca. Já tava misturado. Muitos católicos enterrados na parte dos evangélicos.

## 6-O CEMITÉRIO

Sobre o cemitério de Palhoça, José Lupercio Lopes escreveu (1919, p. 26), que

com o firme propósito de promover-se o engrandecimento moral e material da pequena freguezia, conseguiram o terreno preciso e adequado a servir de cemitério publico, situado em alta collina, ventilado e secco, no começo do Passa-Vinte, proximo á embocadura do caminho que dá para o Sertão do Imarohy e distante da séde poucos kilometros. Mais tarde, foi mandado cercar convenientemente, ás expensas do Governo, como se vê da lei n. 1.119, de 9 de Setembro de 1886, que ‘auctoriza o Presidente da Provincia a mandar cercar o terreno do cemiterio da freguezia do S. B. Jesus de Nazareth.’ Actualmente tem o cemiterio referido cerca de mil sepulturas. Ao Oeste do mesmo encontra-se o cemiterio da comunidade protestante, onde também tem grande numero de túmulos, e ao Norte, o da irmandade de N. Senhora do Parto. Os mesmos cemitérios são tratados com todo zelo, estando actualmente o primeiro a cargo da municipalidade, que tem como administrador o Sr. Salvador Marcos da Silvairá e os outros, aos cuidados e administração das respectivas irmandades.”

José Lupercio Lopes escreveu o texto acima citado em 1919 e apontou a cerca e as despesas de manutenção do cemitério luterano pela própria comunidade luterana. Portanto havia a divisão, melhor dizendo, eram cemitérios distintos, o cemitério municipal e o cemitério da comunidade luterana. Observa-se que tal situação não deixou de existir após a proclamação da república. Como comparativo, devemos observar que Oswaldo R. Cabral (1979, p. 483) escreveu que na antiga desterro,

no início, havia um cantinho, nos fundos do cemitério, para os ateus, acatólicos, não batizados e natimortos. A fixação de vários cidadãos estrangeiros no Destêrro, muitos deles pertencentes a outras confissões religiosas, criou para eles um certo constrangimento que só a instalação do cemitério público, em 1841 teria podido resolver, destinando-lhes uma área sem sagração, mas não resolveu, porque, afinal, eles eram cristãos, apenas pertenciam a uma outra igreja. A situação só ficou resolvida em 1868, quando a Câmara Municipal concedeu permissão para a instalação de um cemitério protestante

(luterano) na Capital (anacatólico, como dizia o jornal), iniciativa de Fernando Hackradt e outros patrícios seus, quase todos, como ele, prósperos negociantes da praça. Foi adquirido um terreno a Mariano da Rosa, justamente ao lado do cemitério público – necrópole que existiu até pouco mais de 30 anos passados, quando toda a área foi desocupada e criado o novo cemitério do Itacorobi.

Nota-se que foi autorizada a construção do “cemitério protestante” em Desterro (Florianópolis) em 1868. Mas Cabral não faz menção sobre quem arcava com os custos da manutenção do “cemitério protestante”, tampouco sobre quem o administrava.

Na presente pesquisa, não se logrou reconhecer de que forma se deu início o cemitério da comunidade luterana de Palhoça. Entretanto, por analogia, acreditamos que da mesma forma que o antigo cemitério de Desterro (Florianópolis), reservou-se um “cantinho” aos fundos do cemitério para os “anacatólicos”. Mas o que se sabe de concreto que no fim do período monárquico haviam dois cemitério, adjacentes, separados por uma cerca. O cemitério luterano e o municipal, administrado pela Igreja Católica, depois pelo município. O cemitério luterano era mantido pela comunidade luterana local. A primeira mudança sensível para o luterano palhocense foi poder construir uma torre na antiga residência que servia de templo luterano. A torre e construída logo após a promulgação da Constituição de 1891.

## 7-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o desenvolvimento desse trabalho que envolveu extensa pesquisa bibliográfica, busca da memória pela história oral, percebeu-se que com o desenrolar dos acontecimentos revolucionários de mudança de regime política ocorrem os primeiros atos na direção de um Estado laico. Notadamente a negociação entre representantes do novo regime política com a Igreja Católica Apostólica Romana, onde está preservou seu patrimônio, evitando o confisco revolucionário. Observamos que a tolerância religiosa representou mais o contexto ambíguo das nascentes instituições republicanas, regime no qual se caracterizou pela ausência popular no processo de mudança e pelo discurso filosófico que permeava o imaginário revolucionário.

Em Palhoça verificou-se a permanência, o continuísmo da distinção de cemitérios, separados por uma cerca, fato concreto, material, que representou a antiga ligação do Estado brasileiro com a Igreja Católica.

Esse trabalho foi o esforço, a tentativa de reconstruir uma história. A história local atrelada a acontecimentos mais amplos. O destino incerto do novo regime político, a República, e os conchavos políticos para a consolidação de suas instituições. As discussões e debates de tolerância religiosa no Brasil de então foram muito mais um fato prático do que um discurso tolerante. Estava mais ligado as conveniências políticas e econômicas da época.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Maurício de. Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e Igreja na Primeira República (19889-1930). **Ver. Bras. Hist.** 2012, v. 32, n. 63, p. 143-170. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882012000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882012000100007&script=sci_arttext)>. Acesso em: 10 out. 2014.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824. Planalto. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)>. Acesso em: 06 jun. 2014.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Planalto. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)>. Acesso em: 06 jun. 2014.

BRASIL. Decreto-lei 119-A, de 7 de janeiro de 1890. Planalto. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm)>. Acesso em: 06 jun. 2014.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**: 1 Notícia. Florianópolis: Lunardelli, 1979. 515p.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra**: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

FONTANA, Josep. **Introdução ao estudo de história geral**. Tradução: Heloísa Reichel. Bauru: EDUSP, 2000. 410p.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução: Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 255.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. 10.ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBBSAWM, Eric. **A era do capital**: 1848-1875. 9.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

JURT, Joseph. O Brasil: um Estado-nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República. **Mana**. 2012, v. 18, n. 3. p. 471-509. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v18n3/a03v18n3>>. Acesso em: 10 out. 2014.

- LOPES, José Lupercio. **Monographia do Município de Palhoça**. Florianópolis: Livraria Cysne, 1919.
- LOPES, José Lupercio. **Palhoça**: Notícia estatístico-descritiva. Florianópolis: Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina, 1939.
- LOPES, Marcos Antônio. **Brigadas do antifanatismo: a invenção da tolerância religiosa**. *História*, 2010, vol.29, no.1, p.24-39.
- LUZ, Waldemar. **Muitos contam sua terra: um histórico sobre o município de Palhoça**. [S.l.]: [s.n.], 1982. p.124-125.
- MIRANDA, Júlia. Convivendo com o *Diferente*: juventude carismática e tolerância religiosa. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro. 30(1). p. 117-142, 2010.
- PAGANELLI, Arno. **Cem anos de presença evangélica em Palhoça: 1892-1992**. São José: Editora Canarinho, [199-]. 35 p.
- PIAZZA, Walter Fernando; HUBENER, Laura Machado. **Santa Catarina: história da gente**. 6. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Lunardelli, 2003. 264p.
- RADÜNZ, Roberto. O luteranismo no Brasil meridional no século XIX: da autonomia à institucionalização. **Métis: História e Cultura**. Caxias do Sul. v. 4, n. 8, nov. 2011. p. 159-184.
- SCHWARTZ, Stuart B. **Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras; Bauru: Edusc, 2009. 483 p.
- SILVA, Makson da; UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Tensões étnicas, religiosas e ideal nacional em Palhoça (1930-1945)**. 2005. 88 f. Monografia (Bacharelato em História) Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- SILVA, Manoel Scheimann da; UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Nas asas dos pica-paus: a emancipação política de Palhoça e a (des) construção do mito fundador**. 2003. Monografia (Bacharelato em História) Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- TAPAJÓS, Vicente. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. 499 p.
- VIEIRA, Diego Mota; CAMARA, Leonor Moreira; GOMES, Ricardo Corrêa. Entre o ocaso do império e a afirmação da República no Brasil: mudança institucional gradual e transformativa. **Ver. Adm. Pública**. 2014. v. 48, n.3. p. 531-550. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122014000300001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122014000300001&script=sci_arttext)>. Acesso em: 10 out. 2014.



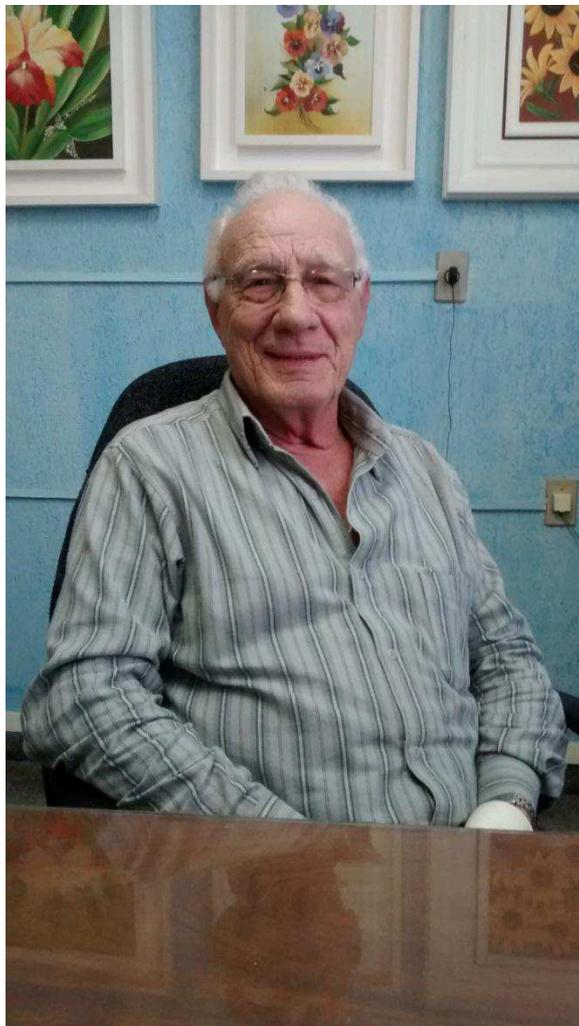
## **ANEXOS**

## ANEXO I

**Entrevista AMADEU JACOB SCHEIDT – 80 anos (RG. 59103 SC).**

Data: 02/07/2014.

Local: Rua Emeline Matildes Crisemann Scheidt, 161, Centro, Palhoça/SC.



AMADEU JACOB SCHEIDT

Amadeu (A.): A Cler, a minha esposa, está pintado todas as igrejas luteranas que tiveram aqui na Palhoça. Começou com uma capela, depois dessa capela teve uma outra igreja.

Entrevistador (E.): Essa primeira capela que o senhor fala era no Clube Concórdia?

A.: Não. Sabes onde é o Garcia? No lado do Garcia. Ali foi construído uma capela. Depois uma igreja que tinha uma torre. Essa torre depois teve problema, começou a inclinar, foi tirada e construída outra torre. Ai foi reformada a igreja. Aí depois daquela lá é essa ali (atual).

E.: O senhor sabe se antes de ter o templo era realizada celebração na casa de particulares?

A.: Quem deve saber bem disso é o Nilson. A mãe dele que era bem assim... A igreja era aqui e a mãe dele morava aqui. Ela que recebia os pastores que vinham. Paravam ali. Os pastores pertenciam a paróquia de Florianópolis. Então, eles vinham de ônibus de

manhã, paravam ali pra dar o culto. Davam o culto de manhã na Palhoça. Ficavam aqui. Pegavam o ônibus, iam pra Santo Amaro, pra dar o culto em Santo Amaro.

E.: O senhor chegou a freqüentar culto nas casas?

A.: Não. Não, porque não é da minha época... Essa capelinha eu não conheço. Só me lembro daquela primeira com a torre. Que antigamente as Igrejas Luteranas não podiam ter torre.

E.: Mas o senhor não sabe se antes da capelinha eles faziam cultos nas casas?

A.: Deveriam. Devia ter começado. Qué ver porque? Porque geralmente essas comunidades surgem, assim, quando eles começam a se reunir em casas de família, né... Começam a se reunir desde os tempos mais antigos, em casas de famílias. E ali... Depois... Como a comunidade vai aumentando, né... os membros vão aumentando, o espaço vai ficando pequeno. Então eles vão se organizando e começam a construir alguma coisa. Então vem a capelinha... vai evoluindo... o pessoal vai, vai... vai começando a construir.

E.: O senhor chegou a presenciar o cemitério quando tinha uma cerca?

A.: Ah, sim. Posso até ir lá mostrar pra vocês mais ou menos onde era. Tem duas entradas o cemitério, né?. Não tem, onde tem aquela casinha lá? Onde tem aquela casinha ali, tem uma entrada. Tem outra entrada do lado de cá. Essa entrada aqui, se vocês olharem, tem várias sepulturas que são num sentido, depois muda a posição. Aqui existia uma cerca de arame. Aqui na frente cerca de arame, cheia de mato, coisa... Esse outro lado de cá, tinham as entradas. Esse terreno aqui pertencia a Igreja Luterana. E logo em seguida. Onde tem aquele parte mais baixa ali, era luterana. Era dois carreiros de sepulturas. No começo vocês podem ver que a entrada é mais baixa. Depois vai diminuindo. Depois começaram a murar tudo.

## ANEXO II

**Entrevista RODOLFO NILSON SCHEIDT** – 78 anos (RG. 98677 SC) e MARIA DA PAZ SCHEIDT – 74 anos (RG. 2069327 SC).

Data: 02/07/2014.

Local: Rua 24 de Abril, 2961, Centro, Palhoça/SC



RODOLFO NILSON SCHEIDT

Entrevistador (E.): O senhor lembra o início da Igreja Luterana aqui (Palhoça/SC)?

Maria (M.): É o seguinte... a Igreja antes era proibida, pertencia a São José/SC. Então, não podia ter igreja aqui. Quando foi emancipado, fizeram uma capelinha aqui na frente. Não podia ter torre.

Rodolfo (R.): A capelinha foi feita aqui na frente de casa.

E.: Mas antes da capela vocês lembram como era realizado o culto? Se era na casa de alguém?

R.: Nós da Igreja de Palhoça se reunia aqui em casa, casa de particular.

E.: Sabe se havia algum tipo de violência?

M.: Ah... o pessoal da Barra (do Aririu). Até na Segunda Guerra eles apedrejavam tudo que era da Alemanha aqui. O Concórdia era ali, né. O salão eles apedrejaram muito, quebraram o vidro. Tiveram que sair aqui de Palhoça e ir lá pra Cova Funda porque eles apedrejavam as casas dos alemães.

E.: Ali onde era o Concórdia era a escolinha antes?

M.: Tinha uma escola... é, a escola alemã.

E.: Só podia ser descendente de alemão na escola?

M.: Não. Era o pessoal do grupo, antes deles terminarem o grupo Venceslau, eles freqüentavam ali.

E.: Qualquer pessoa?

M.: Qualquer pessoa. Porque minhas irmãs freqüentaram ali.

E.: Elas não professavam a fé luterana?

M.: Não.

R.: Aí, depois mais tarde, fizeram a capelinha, né... 1888, por aí, fizeram a capelinha. Depois de 1888 a comunidade foi crescendo tiveram que aumentar um pouquinho a Igreja. Daí, fizeram uma Igreja nova... foi em 1910.

E.: E era no mesmo local?

R.: Em 1910 foi no mesmo local. Aqui na frente.

E.: O senhor lembra se havia rejeição das outras pessoas, da Igreja Católica, de algum outro culto que não fosse o luterano?

R.: Naquele tempo o católico aqui não se dava com luterano. Passavam aqui na frente e diziam que era a igreja do diabo, né... Aquele tempo era fogo... Naquele tempo não podia botar torre na Igreja, né... não podia fazer torre. Aí, depois da República... a República saiu... mil oitocentos e pouco, daí, depois foi liberado, né. Aí depois, bem na frente da casa aqui, foi feita a torre.

E.: Antes da República havia o templo, mas não havia torre?

R.: Naquele tempo não podia fazer. Naquele tempo oficial era só a Católica. As outras... assim, não podiam ter nada. Daí, depois fizeram a torre. Naquele tempo vinha um pastor de Florianópolis. Aqui na Palhoça não tinha pastor. Até Santo Amaro ele atendia. Aí depois da proclamação da República, aí foi liberado.

E.: Quando a família do senhor veio para Palhoça?

R.: O que foi?

M.: Os teus avós... Que vieram da Alemanha e vieram aqui pra Palhoça, né?

R.: É... Veio aquela turma, pessoal da Alemanha que chegaram, veio um monte de evangélico, aí começou a Igreja, a comunidade aqui.

E.: Lembra o ano que vieram?

R.: O ano... olha, mil oitocentos e não sei quanto... não posso te dizer. Até uma vez foi queimado bíblia aí na praça.

E.: Mas era qualquer bíblia ou era a escrita em alemão?

R.: Tudo. Naquele tempo não deixavam... Os padres comandavam. Naquele tempo eram os padres que comandavam... daí não deixavam o pessoal ler. Mas eu não peguei esse tempo. Os adultos estavam conversando a criança não podia falar nada. Não podia entrar na sala. Aquele tempo era fogo.

E.: A convivência com a vizinhança católica, eles tratavam bem?

R.: Tinha muita gente amiga. Isso tinha bastante. Só aquele mais fanático... assim. Naquele tempo os padres incentivavam.

E.: A questão do cemitério?

R.: Aquele tempo era separado, tinha uma cerca no meio.

E.: Mas era no mesmo cemitério?

M.: No mesmo cemitério. A parte de cima, que é nesse cemitério, a parte velha.

E.: No cemitério do Passa Vinte?

M.: É... Aquela parte do morro, mais encima, era só dos evangélicos, pra baixo então era dos católicos.

E.: Tinha uma divisão?

M.: Tinha... uhum.

E.: A senhora sabe até quando ficou?

M.: Olha, quando eu casei já não tinha mais a cerca. Já tava misturado. Muitos católicos enterrados na parte dos evangélicos.